

TEXTO PARA DISCUSSÃO



*Evolução do Emprego Formal
em Santa Catarina*

*Lauro Francisco Mattei
Álize Zeli Venturi*

Nº 01/2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**Campus Universitário – Trindade
CEP 88.049-970 – Florianópolis - Santa Catarina**

Tel.: (48) 3721.9458 – Fax (48) 3721.9776

EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM SANTA CATARINA¹

Aline Zeli Venturi²

Lauro Mattei³

As transformações estruturais que atingiram o capitalismo nas últimas décadas do século XX causaram impactos sobre o mundo do trabalho. Fatores como a terceira revolução tecnológica, a abertura comercial e a desregulamentação dos mercados, sob a égide da globalização econômica, delinearão um movimento de reestruturação produtiva nas empresas, reduzindo os empregos e precarizando as relações de trabalho. Essas mudanças atingiram os países centrais e mais intensamente os trabalhadores dos países periféricos, como o Brasil. O objetivo deste trabalho é identificar e analisar o impacto destas transformações no mercado de trabalho formal catarinense, diante das políticas adotadas a partir dos anos de 1990. A pesquisa baseou-se em revisão teórica bibliográfica e quantitativa, através dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Palavras-chave: Mercado formal de trabalho; reestruturação produtiva; Santa Catarina.

Introdução

O final do século XX foi marcado por intensas mudanças no quadro político e econômico mundial. A revolução tecnológica, a desregulamentação dos mercados financeiros e a ascensão da ideologia neoliberal vinculada à globalização transformaram a dinâmica do sistema de produção capitalista. O mundo do trabalho foi fortemente afetado por estas mudanças, sofrendo ainda os impactos de uma intensa reestruturação produtiva.

Os países capitalistas enfrentaram uma crise em suas estruturas econômicas após uma fase de expansão e melhoria das condições de vida, no auge do modelo fordista de produção. A crise forçou os Estados a buscarem alternativas de sustentação da produtividade e, diante da revolução tecnológica, foi se organizando um novo modelo de produção capitalista, mais flexível.

A partir das deficiências do modelo de produção em massa buscaram-se alternativas a partir da flexibilização e da redução dos custos produtivos. Porém a adoção do novo modelo de produção flexível foi responsável pela eliminação de muitos postos de trabalho e pelo crescimento das taxas de desemprego em escala global. As relações de trabalho também sofreram transformações, especialmente em relação à formatação e à legislação vigentes até então, e o movimento de reestruturação das

¹ Este trabalho faz parte do Projeto de Pesquisa intitulado “O Comportamento do Mercado Formal de Trabalho em Santa Catarina a partir de 1990” sob responsabilidade do Prof^o Lauro Mattei e executado pela bolsista PIBIC/ CNPq/UFSC.

² Graduanda do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista PIBIC/CNPq/UFSC.

³ Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

empresas acabou por incorporar novas formas de contratação, como os trabalhadores temporários e terceirizados.

A economia brasileira também sofreu os efeitos da globalização e da revolução tecnológica no processo de produção. A partir dos anos de 1980, com a alta dos juros norte-americanos e o fim do fluxo de empréstimos externos, o país viu-se endividado e entregue à supervisão de órgãos internacionais. O Brasil, assim como outros países da América Latina que incorporaram os ideais liberais do Consenso de Washington, abriu seu comércio à concorrência mundial e adotou, a partir de 1990, uma agenda de reformas estruturais, que visavam a estabilidade macroeconômica.

O Estado teve seu papel reduzido e, conseqüentemente, a proteção ao emprego também regrediu. A exposição das empresas nacionais ao intercâmbio mundial provocou uma queda na produtividade, impondo as mesmas empresas a adoção de medidas de enxugamento de seus gastos. Estas medidas reduziram o emprego formal e provocaram no Brasil, mais intensamente do que nos países centrais, mudanças na formatação e qualidade dos postos de trabalho. Houve uma redução dos vínculos formais e o aumento das ocupações informais e dos não-assalariados, quase sempre acompanhados de menor proteção social, menores salários e condições mais precárias de trabalho.

O Estado de Santa Catarina, com sua formação peculiar, voltada para uma estrutura produtiva diversificada e descentralizada, acompanhou o movimento de reestruturação no setor produtivo nacional. A abertura comercial da década de 1990 e o enfraquecimento da participação estatal nas atividades econômicas catarinenses alteraram os rumos de desenvolvimento do estado. Os empregos em Santa Catarina sofreram os impactos destas mudanças e o mercado de trabalho catarinense se transformou no final do século XX.

Diante destas mudanças em curso este artigo pretende discutir as principais transformações ocorridas no mercado de trabalho, buscando caracterizar a dinâmica das ocupações formais em Santa Catarina a partir da década de 1990. Dispondo de dados do Ministério do Trabalho - relativos ao mercado formal de trabalho em Santa Catarina – analisa-se brevemente a evolução dos postos de trabalho de acordo com os setores econômicos, o gênero, o nível de escolaridade e a remuneração dos trabalhadores catarinenses.

O trabalho está organizado em quatro seções que procuram esclarecer as transformações no mercado de trabalho catarinense, além desta introdução. A primeira seção se refere aos aspectos do trabalho no mundo globalizado e as mudanças que esse mercado enfrentou a partir dos anos de 1980. A segunda seção discute essas mudanças no contexto nacional, priorizando as condições do mercado de trabalho catarinense. A terceira seção compreende a análise regional através dos dados obtidos sobre os empregos formais em Santa Catarina. O artigo encerra-se com breves considerações a respeito dos dados analisados, mostrando a evolução dos empregos formais e assinalando a nova face do mercado formal de trabalho em Santa Catarina.

1. Breves notas sobre as principais transformações no mundo do trabalho

Os anos após a Segunda Guerra Mundial representaram para o capitalismo mundial um período de grande expansão econômica e social. A estabilização monetária

e os gastos dos governos expandiram as taxas de crescimento econômico, gerando um nível de renda e emprego elevados. Os “Anos Dourados”, ancorados no planejamento econômico estatal, foram um salto no desenvolvimento das economias mundiais (OLIVEIRA, 1998). Com a elevação do emprego assalariado e a renda crescente, os níveis de consumo puderam aumentar em todo o mundo, assinalando para um novo estágio de produção capitalista. A intervenção do Estado foi responsável pela dinamização de todo o processo de crescimento e estabilização, criando proteção social e mantendo taxas elevadas de ocupação da mão-de-obra.

Contudo esta trajetória de desenvolvimento foi interrompida pela crise sistêmica que atingiu o capitalismo a partir dos anos de 1970. A crise do petróleo em 1973, a elevação dos preços com estagnação econômica e, a alta das taxas de juros internacionais desestabilizaram o padrão de desenvolvimento econômico em exercício até então. Nesse contexto ocorreu a desarticulação do Sistema Bretton Woods, que foi criado pelos países para manter um padrão monetário internacional, o que agitou ainda mais a crise nos mercados mundiais.

Em meio às respostas da crise, ocorreu um aumento da produtividade do trabalho que se deu graças aos fatores condicionantes da Terceira Revolução Tecnológica. Um conjunto de inovações surgidas nos anos de 1960 e 1970 mudou a qualidade do trabalho e acelerou a destruição de velhas formas de produção e organização do trabalho (MATTOSO, 1998). Houve o aparecimento de novas formas de gestão e organização da produção, refletindo o esgotamento do padrão fordista de produção. As novas tecnologias causaram uma ruptura no modelo de produção e consumo de massa, amparados até então pelo Estado. A produção em massa foi substituída por uma produção mais especializada, adequada a nova lógica do mercado, com um caráter de desconcentração industrial. Buscaram-se novos padrões de gestão da força de trabalho como a “gestão participativa” e a busca da “qualidade total”, tentando amenizar os efeitos da crise fordista (ANTUNES, 1997).

Ocorreu uma desarticulação do sistema, onde a acentuada concorrência internacional, a debilidade da capacidade de decisão dos Estados, que estavam endividados após ampliar gastos e benefícios sociais, e a intensa desregulamentação do capitalismo levaram a economia mundial em direção a uma crescente desordem econômica e social (MATTOSO, 1997). Segundo Pochmann (2002), abriu-se a partir de então, um período de incertezas e de novos questionamentos do padrão sistêmico de integração social, a partir das propostas políticas de cunho conservador, que desde a década de 1940 já eram contempladas nas obras de autores liberais.⁴

As mudanças estruturais ganharam força a partir dos anos de 1980, quando a ideologia neoliberal se impôs como modelo de organização política da sociedade. Com a queda dos acordos econômicos internacionais houve um colapso no sistema e o ambiente econômico foi tomado por políticas de contração monetária, elevação da taxa de juros, desregulamentação dos mercados, privatizações e alteração do papel do Estado (POCHMANN, 2002). A agenda neoliberal questionou o padrão produtivo através de medidas de liberalização comercial e desregulamentação do mercado financeiro. O Estado tornou-se isento da defesa da produção e do emprego e passou a ser apenas regulador das forças econômicas.

⁴ Friedrich von Hayek e Milton Friedman, economistas da corrente neoliberal, defendiam idéias de que o bloqueio às forças do livre mercado derivavam da ação do Estado, dos sindicatos e do gasto social elevado (POCHMANN, 2002, p.15).

De acordo com a avaliação liberal-conservadora, as estratégias usadas no período do “capitalismo dourado” para promover o crescimento da economia, acompanhado de aumento na concessão de direitos e benefícios sociais, levaram à ampliação dos déficits orçamentais, do estoque da dívida pública e provocaram altas nas taxas de juros e nos níveis de inflação. Tudo isso decorreria da obstrução ao funcionamento normal dos mercados, imposta pela intrusão do Estado. A recomendação para o retorno dos investimentos e ampliação da renda e do emprego, para esses conservadores, seria a desregulamentação dos mercados e a eliminação das barreiras à entrada e saída de capital, submetendo as empresas à concorrência global desregulada e os trabalhadores à flexibilização e remoção das cláusulas sociais até então garantidas (BELLUZZO, 1997).

A globalização econômica foi resultado desses ajustes do sistema capitalista, frente às novas exigências do mercado (MATTEI, 2004). O avanço da transnacionalização do capital⁵ desencadeou uma corrida pela busca de competitividade nos mercados mundiais. Diante do quadro de instabilidade dos mercados as empresas tiveram que se reestruturar para continuar competindo:

A financeirização do capital industrial, em um contexto de crescente instabilidade econômica e de globalização financeira, e a disponibilidade de novas tecnologias e métodos organizacionais desestabilizaram, a partir da segunda metade da década de 60, os padrões de concorrência intercapitalista vigente nos mercados nacionais e internacionais. O acirramento da concorrência em uma situação de forte instabilidade econômica passou a exigir das empresas uma atuação suficientemente ágil para enfrentar as novas condições de concorrência capitalista. (DEDECCA, 1997, p. 58).

As exigências de aumento na produtividade e maior competitividade externa provocaram profundas mudanças na base técnica da produção e nas formas de gestão da mesma, estabelecendo a partir dos anos de 1980 um novo paradigma tecnológico. Frente à incapacidade de manter níveis altos de produção por meio de relações rígidas de trabalho o modelo fordista/keynesiano entrou em crise dando lugar a um modo de produção mais flexível e capaz de competir num mercado desregulado.

Essas mudanças configuraram uma etapa mais avançada de progresso tecnológico e de acumulação financeira de capital, caracterizada como um estágio mais profundo da internacionalização da vida econômica, política, social e cultural (COUTINHO, 1996). Esse processo de globalização, resultado de todas estas mudanças ancoradas nas forças do livre mercado, teve impactos por todas as décadas posteriores ao seu surgimento, e foi responsável por grandes mudanças nas relações de trabalho nas economias capitalistas.

A flexibilização das relações de trabalho apareceu como parte do processo de racionalização produtiva das empresas, quando a estabilidade nas relações trabalhistas não pôde mais ser sustentada num contexto de instabilidade dos mercados, acirramento da concorrência e a incorporação mais rápida do progresso técnico (DEDECCA, 1997). A flexibilização foi preconizada como uma das exigências necessárias ao aumento da produtividade e à reversão da crise. Contudo, diante da forma desregulada de concorrência, ela foi responsável por causar redução nos empregos estáveis e aumento do subemprego (POCHMANN, 2002). A automação desenvolvida com a revolução tecnológica reduziu drasticamente o número de trabalhadores e trouxe o efeito do desemprego estrutural em massa para a maioria dos países capitalistas. A diversificação das linhas de produção e a subcontratação tornaram-se facilmente adotáveis graças à

⁵ Sampaio Jr. 1998, p. 26.

dispersão das estruturas negociadoras e a quebra das relações contratuais de trabalho. Isso deu origem a novas formas de contratação como trabalho temporário, por tempo parcial, terceirização e aumento substancial do emprego informal. Os sindicatos foram enfraquecidos e a negociação passou a ter caráter individual, fazendo diminuir o poder de barganha da classe operária. (OLIVEIRA, 1998).

As inovações tecnológicas aceleraram as transformações no mundo do trabalho, provocando mudanças qualitativas e alterando também a distribuição setorial do emprego, de forma que os postos de trabalho, criados nas atividades ligadas à tecnologia, não compensaram os postos destruídos pela reestruturação. Quanto à qualificação do trabalhador as formas de produção mais flexíveis tenderam a desqualificar o mesmo, a partir da fragmentação do trabalho complexo, tornando a realização do processo padronizada e de ritmo mais intenso. A fragmentação do trabalho, adicionada ao incremento tecnológico, possibilitou ao capital uma maior exploração e controle sobre a força de trabalho (ANTUNES, 1997). O desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes da força de trabalho, fazendo elevar os índices de desemprego estrutural, ocorrendo também um retrocesso do poder sindical.

A desregulamentação do mercado de trabalho, e o retrocesso por parte do Estado nas políticas públicas voltadas à proteção do emprego, só fizeram aumentar a insegurança dos trabalhadores e tornar precárias as relações de trabalho.

Segundo Pereira:

A busca de flexibilidade na organização da produção, em contraste com a rigidez do modelo fordista, passa a ser sinônimo de redução dos gastos com mão-de-obra direta pelas empresas, resultando em redução da segurança do emprego e acentuando as formas de “precarização” do trabalho (PEREIRA, 1998, p.107).

A precarização das relações de trabalho se dá por meio da substituição das relações formais de emprego por relações informais, sem carteira assinada e outros benefícios, e por trabalho temporário, em tempo parcial ou a domicílio, caracterizando-se assim por uma forma individualizada de trabalho. Nos últimos anos ampliaram-se essas formas de inserção da força trabalhadora, de forma que o setor formal não foi mais capaz de absorver o excesso de mão-de-obra. Os trabalhadores passaram a se submeter a formas precarizadas de trabalho, se desqualificando ainda mais e agravando o quadro social do mundo do trabalho.

2. O mercado de trabalho brasileiro e a economia catarinense

O mercado de trabalho brasileiro teve seu movimento condicionado sempre às políticas econômicas implementadas pelos governos e pela dinâmica que a economia apresentou ao longo dos anos, especialmente no período do pós-guerra.

Este período foi caracterizado como anos de desenvolvimento econômico, ancorados na política de substituição de importações, com elevadas taxas de crescimento econômico e diversificação dos ramos industriais, apoiados nos investimentos de infra-estrutura do Estado e financiados pela expansão da dívida externa e do crédito doméstico. O emprego atingiu nessa época patamares estáveis e houve grande formalização dos postos de trabalho, com alterações nas legislações trabalhistas. Segundo Pochmann (2002), entre as décadas de 1940 e 1970 o mercado de

trabalho se estruturou em torno do emprego assalariado e dos segmentos organizados da produção, ou seja, aqueles postos de trabalho mais homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas.

Contudo, a crise do petróleo e o aumento das taxas de juros internacionais levaram o país a uma profunda recessão econômica, resultando num aumento perplexo da inflação e expansão da crise fiscal. Houve um colapso do padrão de financiamento da economia brasileira nos início dos anos 80, causado pela crise da dívida externa, sob um cenário de estagnação e oscilações econômicas que rompeu com as estruturas do mercado de trabalho ajustadas até este momento.

A instabilidade macroeconômica provocou uma desaceleração do crescimento industrial, com contrações no produto e na taxa de investimento. O esgotamento do padrão de desenvolvimento condicionou o mercado de trabalho às políticas de ajustes recessivos da economia. Com a queda da atividade econômica inúmeros postos de trabalho foram eliminados, principalmente com relação aos empregos industriais e novos empregos surgiram, sobretudo no comércio e prestação de serviços. O mercado de trabalho foi se deteriorando durante a década de 80, dada a perda de capacidade geradora de empregos da indústria e do estado desenvolvimentista.

Com a crise se alastrando o governo iniciou, a partir dos anos de 1990, uma política de busca de estabilidade econômica. De acordo com Chahad (2003), algumas mudanças são observadas nesse contexto econômico que contribuem para explicar enormemente as flutuações no emprego, inclusive o emprego formal.

A transição de uma economia com altas taxas de inflação para uma estabilidade de preços teve implicações positivas para diminuição dos índices de pobreza. Contudo, trouxe consigo baixos níveis de salário real e produtividade. A abertura da economia, provocada pelas ações de cunho liberal do governo Collor, induziu as empresas a se reestruturarem para competir internacionalmente, inovando com tecnologia e práticas de gestão. Estes mecanismos levaram a uma desestruturação do mercado de trabalho, causando um aumento do desemprego estrutural e o surgimento de novas modalidades de contratação, precarizadas e inseguras. A redução da proteção do Estado nas relações de emprego também figurou como agravador para o mercado de trabalho, levando as negociações coletivas ao âmbito da empresa simplesmente. O Estado brasileiro passou nesse período de promotor direto da produção para regulador da economia. A questão demográfica do país também surgiu como agravante, dado que o mercado formal teve dificuldades para incorporar a nova mão-de-obra, que pressionou inclusive as taxas de desemprego e informalidade. As privatizações do setor público reduziram os níveis de emprego, e milhares de empregados públicos se uniram ao contingente de desempregados brasileiros.

Esses fatores se revelaram incisivos sobre o mercado de trabalho e provocaram mudanças que se fazem sentir até os momentos atuais. Houve sem dúvida, no Brasil, uma precarização das relações de trabalho, resultado das políticas adotadas como alternativas ao desenvolvimento. O emprego industrial caiu, revelando o ajuste defensivo das empresas frente à recessão, com aumento de ocupações instáveis, relacionadas às formas de produção flexíveis. As ocupações do setor de serviços e dos segmentos informais tiveram aumento, relacionado a uma mudança estrutural no mercado de trabalho, e segundo Cardoso Jr. (2001), seriam frutos da perda do dinamismo econômico do Estado e, principalmente, uma estratégia de sobrevivência dos trabalhadores diante das poucas alternativas de empregabilidade com proteção social.

A economia catarinense teve seu desempenho fortemente condicionado pelo movimento nacional da economia brasileira, que sofreu interferências dos planos de estabilização econômica e da abertura comercial iniciada em 1990, fatos que deram início ao processo de reestruturação econômica.

As mudanças estruturais na economia catarinense aconteceram dentro deste contexto com a redução das atividades estatais e a reestruturação do parque industrial distribuído por todo o estado e em diferentes setores da economia.

A estrutura produtiva catarinense sofreu desde os anos de 1960 um processo de modernização e integração regional, que proporcionou um aumento da participação industrial na economia catarinense. Os setores econômicos seguiram a lógica nacional de acumulação capitalista, com uma estrutura agrário-exportadora forte e uma indústria caracterizada pela diversidade setorial e homogeneidade de atividades nas diferentes regiões do Estado. Contudo, a abertura comercial e as políticas adotadas no país a partir de 1990 provocaram fortes ajustes econômicos que obrigaram as empresas catarinenses a repensar os rumos de suas atividades. Com o aumento da competitividade externa muitas empresas fecharam ou tiveram suas atividades reduzidas fazendo cair assim o quadro de empregados no setor. Aos que mantiveram seus empregos foi imposto uma intensificação do trabalho e observou-se ainda um aprofundamento das subcontratações.

De acordo com Lins e Mattei (2001), a tendência do emprego em Santa Catarina é semelhante à do Brasil, porém com a existência de um mercado de trabalho com grande parte de seus postos de trabalho formalizados. Santa Catarina se sobressai como um dos estados com maior índice de trabalhadores com carteira assinada.

Observando os dados agregados dos anos em questão, verificamos uma mudança no movimento da última década, quando o crescimento do emprego formal foi superior ao crescimento da população economicamente ativa. Como observamos na tabela 1, mesmo insuficiente para atender a PEA catarinense, com uma participação de apenas 42,86% do mercado formal sobre a PEA, os postos formais de trabalho tiveram um crescimento significativo no período.

Tabela 1: População Economicamente Ativa e Postos Formais de Trabalho em SC, nos anos de 1992 e 2004.

	1 992	2004	var. absoluta
PEA	2 407.458	3 280.445	872.987
PFT	821.482	1.406.247	584.765
PEA - PFT	1.585.976	1 874 198	288.222
PFT/PEA	34,12%	42,86%	

Fonte: RAIS e PNAD.

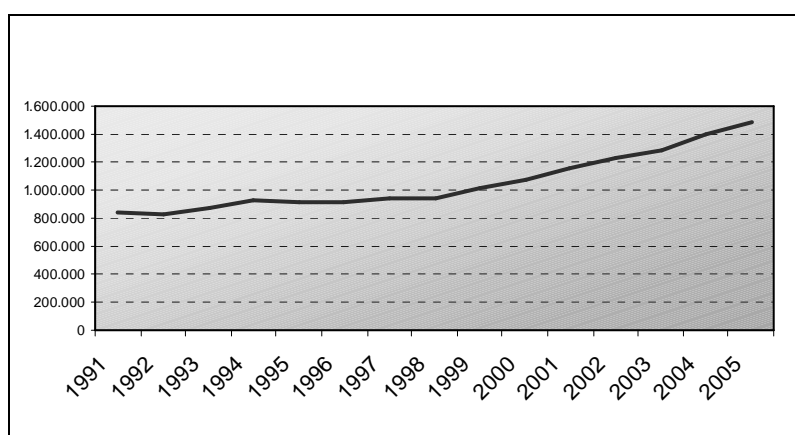
Houve um incremento de 584.765 postos formais de trabalho entre 1992 e 2004, o que significa um crescimento médio de 5,08% a.a. Contudo, devido à recessão dos anos anteriores, este incremento, que também pode ser creditado ao maior número de estabelecimentos que declararam a RAIS no período, não foi o bastante para incorporar toda a PEA no mercado de trabalho regulamentado. Ainda, de acordo com a tabela 1, 288.222 pessoas ultrapassaram os 584.765 postos formais de trabalho criados no período, sendo obrigados a procurar novas formas de empregabilidade fora do mercado formal.

Esses dados evidenciam as transformações ocorridas nas relações de trabalho na economia catarinense, onde cada vez mais um contingente de trabalhadores se vê forçado a buscar alternativas fora do mercado formal de trabalho para subsistir. Cresce a cada ano o número de pessoas empregadas informalmente, com tempo de trabalho parcial, sem direitos e subempregadas.

3. O Mercado formal de trabalho em Santa Catarina

Um olhar sobre o comportamento geral do mercado formal de trabalho em Santa Catarina (Gráfico 1) revela que até o final da década de 1990 os postos formais de trabalho no estado mantiveram-se estáveis e com um baixo crescimento. Em 1995 houve uma queda no número absoluto de ocupações formais, como reflexo das políticas de estabilização adotadas no início da década, e o estado perdeu empregos estáveis no período. O outro movimento ressaltado no gráfico é a inversão que se dá a partir de 1999, quando as ocupações formais começam a recuperar o crescimento. Entre 1991 e 2005 os postos formais de trabalho (PFT) cresceram a uma taxa média anual de 4,12% a.a., enquanto entre 1999 e 2005 o crescimento médio foi de 6,42% a.a.

Gráfico 1: Total de vínculos formais de trabalho. SC. 1991-2005.



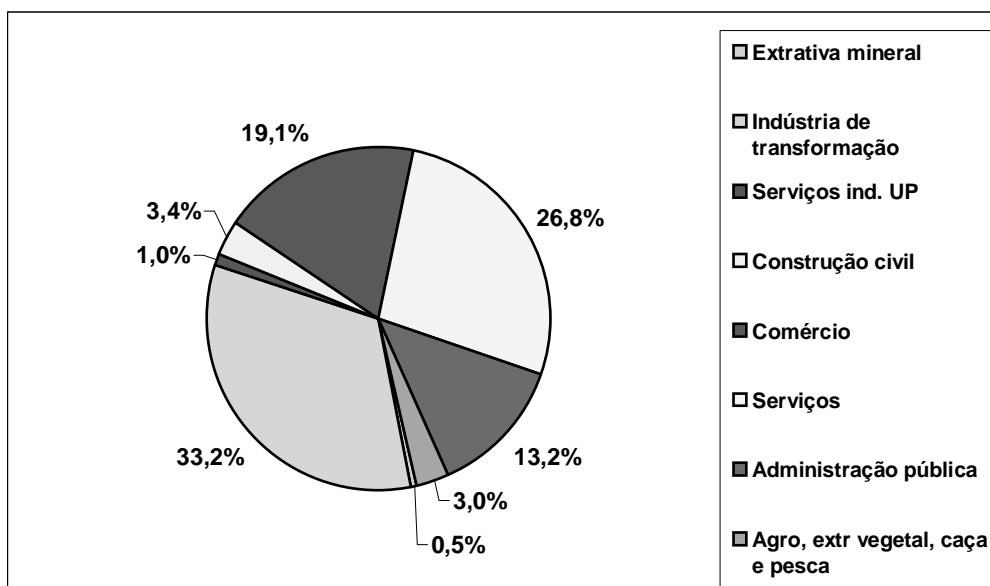
Fonte: RAIS/MTE.

Diante do fraco desempenho da economia brasileira nestes últimos anos, com o inexpressivo crescimento do PIB, a elevação do emprego formal aparece como um fato relevante. A desvalorização da moeda ocorrida em 1999 com a intensificação do comércio mundial dinamizaram as exportações brasileiras e podem ter contribuído para este aumento do postos formais. Outra causa desta elevação foi, segundo Baltar (2006), a maior fiscalização promovida pelo estado brasileiro com relação às leis trabalhistas, que passou a combater as fraudes e incentivar a formalização dos trabalhadores.

O gráfico 2 mostra a participação relativa dos empregos formais em Santa Catarina de acordo com as atividades econômicas. O desempenho do emprego formal, segundo o setor econômico, revela como os setores produtivos responderam às transformações econômicas ocorridas a partir de 1990. Nesta avaliação, podemos identificar os setores responsáveis pelo maior dinamismo na geração de postos formais de trabalho e conseqüentemente, aqueles onde os vínculos formais foram reduzidos.

A análise atual desta distribuição indica que a indústria de transformação ainda absorve a maior parcela dos trabalhadores formalizados, mostrando ser uma estrutura mais organizada e de maior força econômica no estado. Os serviços já aparecem com cerca de 27% de participação, sendo um setor em expansão em todas as regiões do estado. Em seguida destacam-se os setores de comércio, que se expande conforme aumenta a atividade produtiva e a administração pública que é um setor dinâmico característico em Santa Catarina.

Gráfico 2: Distribuição da taxa de participação dos PFT, segundo setores de atividade em Santa Catarina em 2005.



Fonte: RAIS/MTE

De acordo com a Tabela 2 observa-se que entre 1991 e 2005 houve uma alteração na distribuição dos postos formais de trabalho no Estado. Fica claro que setores, como a extração mineral, reduziram consideravelmente o número de vínculos formais, enquanto os demais setores apresentaram uma tendência de crescimento dos vínculos formais em termos absolutos.

Tabela 2: Distribuição dos PFT segundo setores de atividade econômica de Santa Catarina no período 1991 a 2005.

Ano	Ext. min.	I. transf.	S. Ind.	Const. C.	Comércio	Serviços	Adm. Pub	Agrop.	Total
1991	7.208	295.120	13.708	20.806	101.141	205.346	130.528	15.046	836.766
1992	5.451	279.320	12.669	22.279	97.149	189.470	138.737	16.132	821.482
1993	5.596	304.697	13.440	23.532	101.920	186.215	140.079	17.969	865.650
1994	5.954	342.506	15.183	35.144	127.787	193.536	141.144	30.396	923.592
1995	5.678	330.015	14.469	34.089	133.412	215.098	142.081	29.067	908.745
1996	4.127	325.762	12.779	34.333	134.079	220.427	147.581	28.838	909.608
1997	4.699	322.003	12.233	35.730	149.175	239.492	146.343	29.658	939.741
1998	4.657	313.130	13.462	36.804	152.931	249.175	148.768	27.955	947.016
1999	5.164	347.396	11.680	34.696	162.521	264.010	156.041	30.370	1.011.931
2000	5.728	371.293	11.099	37.519	181.722	287.441	153.262	29.813	1.077.929
2001	5.375	390.330	13.452	41.836	197.839	306.550	166.178	34.152	1.155.712
2002	5.233	416.582	13.570	42.779	214.045	327.065	180.233	36.105	1.235.612
2003	5.432	428.723	13.840	40.874	231.860	344.944	185.844	39.937	1.292.407
2004	6.501	478.002	14.022	43.943	258.554	368.722	192.229	44.274	1.406.247
2005	6.773	493.294	14.435	49.907	283.871	397.886	196.292	44.511	1.486.969

Fonte: RAIS/MTE

O setor de extração mineral apresentou tal comportamento pela deterioração da atividade de extração de carvão, principal minério do setor. A tabela mostra que em 1991 o setor detinha uma participação absoluta de 7.208 PFT, o que equivale a uma taxa de participação relativa de 0,86%. Porém, em 2005, essa participação passa a representar um número de 6.773 PFT, que equivale a 0,46%, significando que foi o setor que mais liberou mão-de-obra ao longo do período. De acordo com Ouriques e Vieira (1998), a indústria extrativa mineral, concentrada no sul do estado, já vinha reduzindo sua produção desde a década de oitenta, com o aumento das importações, mas a desregulamentação da atividade pelo estado foi fundamental para a desestruturação do setor e assim a redução dos postos formais de trabalho.

Os serviços industriais de utilidade pública também tiveram queda nos postos formais de trabalho, voltando a recuperar o patamar de PFT somente a partir de 2003. Sua participação relativa passou de 1,64% em 1991 para 0,97% em 2005. As privatizações de setores de serviços públicos, incentivadas e adotadas a partir dos anos de 1990, foram claramente responsáveis pela redução dos postos formais de trabalho nos serviços industriais de utilidade pública.

A indústria de transformação, setor que sofreu impactos negativos com a implantação das políticas econômicas da década de 1990, apresentou ampliação absoluta de vínculos formais, e é ainda responsável pela maior parcela de postos formais de trabalho no Estado, aspecto que já vem se modificando em outras unidades da federação. Apesar da importante participação no período, o setor apresentou momentos de redução dos vínculos formais, como é o caso do intervalo 1994-1998, ocasionado pelas políticas implementadas nesse período, de valorização cambial, que favoreceram a entrada de

produtos importados, fazendo com que muitas indústrias tivessem uma retração da produção, principalmente as indústrias de calçados e têxteis.

A indústria de transformação apresentou no período uma taxa de crescimento médio anual de 3,62% com uma participação absoluta em 1991 de 295.120 PFT passando para 493.294 PFT em 2005. A participação relativa passou de 35,27% para 33,17%, revelando que mesmo com um aumento dos vínculos em termos absolutos a participação relativa do setor no mercado formal de trabalho se reduziu, e houve assim uma liberação de mão-de-obra para outros setores.

A construção civil, outro importante setor da economia, apresentou períodos de expansão e contração dos vínculos formais no intervalo 1991-2005. Sua participação relativa em 1991 foi de 2,49% passando a 3,36% em 2005, com um crescimento médio de 5,18% a.a.

Os setores de comércio e serviços foram destaque na ampliação de postos formais de trabalho no período, e continuam a aumentar o número de empregos formais no Estado, representando cerca de 45% do total de empregos formais. Os serviços cresceram a uma taxa média anual de 5,53% a.a e o comércio obteve uma taxa média de crescimento de 7,55% a.a.

O comércio e os serviços foram setores que apresentaram crescimento absoluto de vínculos formais em praticamente todo o período, refletindo as mudanças estruturais no mercado de trabalho. De acordo com estudos do Dieese (1999), os setores de comércio e serviços cresceram mais rapidamente que a indústria nas últimas décadas, condicionados por fatores como a urbanização, a redução do emprego agropecuário, a migração rural-urbana e a crise industrial.

O comércio em 1991 apresentava uma participação absoluta de 101.145 PFT, com participação relativa de 12,09%. Em 2005 essa participação se eleva para 283.871 PFT, que representa uma taxa relativa de 19%. Os serviços têm uma participação absoluta mais significativa ainda, passando de 205.346 PFT em 1991 para 397. PFT em 2005. É um setor que absorveu grande parte do excedente industrial, dada a reestruturação produtiva que aumentou o nível de subcontratações, e em 2005 foi responsável pela absorção de 26,76% dos PFT.

A administração pública foi um setor que sofreu mudanças no período e ficou condicionado às políticas de ajuste fiscal, que contribuíram para reduzir o peso do setor no mercado formal. Sua participação absoluta cresceu 50,3% entre 1991 e 2005, no entanto sua participação relativa decresceu em boa parte dos anos. Em 1991 absorvia um número de 130.528 PFT, que equivale a 15,6%, e em 2005 o número passou para 196.292 PFT com uma taxa relativa de 13,2%.

A agropecuária é um setor que apresentou crescimento absoluto por quase todo o período, refletindo a maior formalização das atividades agropecuárias. Sua média de crescimento anual alcançou 6,75% a.a. Em 1991 apresentava uma participação absoluta na ordem de 15.046 PFT, o que significa uma taxa de participação de 1,80%. Em 2005, apresentou uma participação absoluta de 44.511 PFT, significando uma taxa relativa de 2,9%.

A tabela 3 apresenta a distribuição dos postos formais de trabalho, segundo o gênero no período de 1991 a 2005. É bem nítido o processo de inserção da mulher no mercado formal de trabalho, já apontado em outras pesquisas, onde a participação feminina tem aumentado ano após ano.

Enquanto os postos formais masculinos cresceram a uma taxa de 3,4%, os postos femininos alcançaram uma variação anual média de 5,16%. Esse dado revela a tendência que vem crescendo nos últimos anos de maior feminilização do trabalho, onde as mulheres estão cada vez mais inseridas na busca por melhores empregos. De acordo com a análise do mercado formal do Ministério do Trabalho (2005), o Estado de Santa Catarina é um dos estados que apresenta maior participação da força de trabalho feminina na flutuação do nível de emprego, em relação à média nacional.

Tabela 3: Distribuição dos PFT segundo gênero em Santa Catarina entre 1991 e 2005.

	Masculino	%	Feminino	%	SC
1991	542.468	64,83	294.298	35,17	836.766
1992	530.749	64,61	290.733	35,39	821.482
1993	556.965	64,34	308.685	35,66	865.650
1994	589.494	63,83	334.098	36,17	923.592
1995	579.003	63,71	329.742	36,29	908.745
1996	575.907	63,31	333.701	36,69	909.608
1997	594.712	63,28	345.029	36,72	939.741
1998	595.884	62,92	351.132	37,08	947.016
1999	633.335	62,59	378.596	37,41	1.011.931
2000	670.149	62,17	407.780	37,83	1.077.929
2001	713.211	61,71	442.501	38,29	1.155.712
2002	753.049	60,95	482.563	39,05	1.235.612
2003	779.395	60,31	513.012	39,69	1.292.407
2004	840.104	59,74	566.143	40,26	1.406.247
2005	879.828	59,17	607.141	40,83	1.486.969
Taxa cresc. a.a		3,49		5,16	

Fonte: RAIS/ MTE

A participação feminina no mercado formal de trabalho passou de 35,17% em 1991 para 40,83% em 2005 enquanto a participação masculina caiu de 64,83% para 59,1%. Essa mudança de composição na estrutura do emprego formal é derivada de condicionantes econômicos que levaram à mulher a buscar maior participação na renda familiar, além da própria geração de empregos estar mais condicionada a esta oferta, o que fez aumentar os postos formais em setores que empregam mais mulheres, como é o caso do setor de serviços domésticos.

A indústria de transformação ainda é a responsável pela maior parte dos postos formais de trabalho masculinos, que, em 1991, ocupavam 39,25% dos postos formais masculinos e passam a ocupar 35,8% em 2005. O setor de serviços também aparece com expressiva participação do sexo masculino, que tem participação relativa de 25,07% em 1991 e passa a 24,63% em 2005. Ocorre uma redistribuição dos postos formais para os outros setores econômicos. Os homens têm sua participação acrescida principalmente no comércio, construção civil e agropecuária em detrimento de queda de participação nos

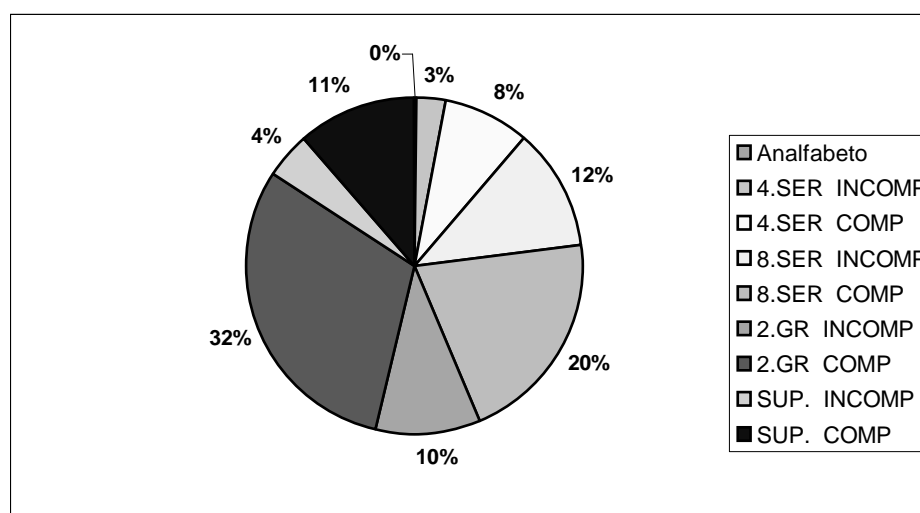
outros setores. O comércio passa de uma participação de 12,47% em 1991 para 18,7% em 2005, enquanto a construção civil tem taxa de participação em 1991 de 3,81% passando a 5,29% em 2005, e a agropecuária passa de 2,43% em 1991 para 3,86% em 2005.

Quanto ao gênero feminino, o destaque da participação fica para os setores da indústria de transformação, serviços, administração pública e comércio. A taxa de participação feminina na indústria de transformação passa de 34,01% em 1991 para 29,3% em 2005. A administração pública também tem redução de participação que cai de 22,52% em 1991 para 18,45% em 2005. Os setores responsáveis pelo aumento da participação feminina no mercado formal são claramente os setores de serviços e comércio, que juntos passam de uma taxa de participação em 1991 de 41,27% para uma taxa de participação de 49,5% em 2005, revelando os setores que dinamizam o mercado de trabalho feminino nos últimos anos.

O gráfico 3 apresenta a distribuição dos trabalhadores formais no estado de acordo com a escolaridade. A análise do mercado formal de trabalho catarinense segundo o nível de escolaridade revela o comportamento do mercado no período de acordo com a qualificação do trabalhador. Essa análise verifica se o estado de Santa Catarina segue o contexto de reorganização da produção, segundo a qual as empresas buscam empregar mão-de-obra mais qualificada e preparada.

De acordo com a distribuição, no ano de 2005, a grande parte das pessoas empregadas formalmente se encontravam na faixa educacional do 2º grau completo, ocupando 32% dos postos formais de trabalho. Uma grande faixa, cerca de 43%, ainda se mantém com nível educacional de até 8 anos de estudo. A participação dos ocupados com nível superior completo subiu no estado desde 1990, e em 2005, já ocupava 11% do total dos PFT, demonstrando a maior empregabilidade para os que atingem maior nível de escolaridade.

Gráfico 3: Distribuição da taxa de participação dos PFT, segundo nível de escolaridade em Santa Catarina em 2005.



Fonte: RAIS/MTE

Através da Tabela 4, ficam evidentes algumas tendências apontadas por outras fontes e pesquisas, que demonstram uma maior qualificação no mercado formal de trabalho catarinense nos últimos anos. Ocorreu aumento dos PFT relativos aos níveis de

maior escolaridade em detrimento da queda de postos de trabalho com baixa escolaridade, em todo o período observado.

Todos os postos formais de trabalho com até 4 anos de estudo apresentaram taxas decrescentes de crescimento, indicando que houve queda na participação destes vínculos menos qualificados. Em contrapartida, os vínculos com mais de 8 anos de estudos apresentaram crescimento em todo o período.

Tabela 4: Distribuição dos PFT, segundo grau de escolaridade em SC entre 1991 e 2005.

Anos	Analfabeto	4.SER	4.SER	8.SER	8.SER	2.GR	2.GR	SUP.	SUP.	Total
		INCOMP	COMP	INCOMP	COMP	INCOMP	COMP	INCOMP	COMP	
1991	12.007	65.089	196.289	140.411	145.836	64.153	117.992	24.321	66.566	836.766
1992	10.518	60.380	186.210	138.452	148.516	72.495	110.970	35.012	53.438	821.482
1993	10.941	56.709	186.453	146.809	166.478	78.811	121.606	35.284	58.473	865.650
1994	15.775	58.115	189.056	158.133	184.277	78.038	139.781	25.772	73.146	923.592
1995	10.302	59.384	173.566	152.965	180.394	78.911	142.075	27.134	77.204	908.745
1996	10.240	65.210	178.584	151.693	183.993	71.463	143.604	25.275	73.186	909.608
1997	10.009	53.868	161.665	155.796	201.679	81.169	163.902	28.404	81.284	939.741
1998	10.993	48.332	151.949	153.070	209.516	84.695	174.104	29.283	84.581	947.016
1999	9.808	46.087	148.281	157.420	223.817	95.348	194.163	31.163	105.843	1.011.931
2000	8.864	44.276	145.777	164.940	255.714	106.574	221.030	35.245	95.509	1.077.929
2001	9.338	42.752	143.296	171.738	261.566	116.541	256.202	42.810	111.469	1.155.712
2002	8.824	41.704	138.287	174.146	274.475	127.409	297.392	48.174	125.201	1.235.612
2003	5.655	41.527	130.668	169.828	279.861	133.767	335.963	51.318	143.820	1.292.407
2004	5.234	41.371	130.256	174.540	295.146	146.571	397.224	59.518	156.387	1.406.247
2005	5.110	39.880	125.700	172.594	303.488	150.868	453.679	65.647	170.003	1.486.969

Fonte: RAIS/MTE

De acordo com a Tabela 4, o maior contingente de mão-de-obra empregada no estado já se concentra nas faixas de maior escolaridade, com mais de 8 anos de estudo. Em 2005, a proporção desses trabalhadores sobre o total já era de 56,5%. Em 1991 a faixa que contemplava o maior número de trabalhadores era a 4ª série completa, com participação relativa de 23,46%. Em 2005, a maior participação passa a ser do 2º grau completo, com 30,5%. Isso revela a preocupação das empresas empregadoras em qualificar seus trabalhadores, no contexto de aumento de competitividade. De acordo com estudo regional do DIEESE, existe cada vez mais um apelo das empresas pela importância da qualificação, que além de garantir o futuro profissional dos estudantes, faz com que o trabalhador mantenha o seu posto de trabalho.

As faixas de escolaridade que apresentaram maior crescimento no período foram 2º grau incompleto e 2º grau completo. Esses postos formais tiveram sua participação elevada de 21,77% em 1991 para 4,66% em 2005. Os níveis de ensino superior também elevaram seus vínculos, com destaque para os PFT com ensino superior completo. Em

1991 eram 66.566 postos formais de trabalho, com participação relativa de 7,96%. Em 2005 o número passa a 170.003 PFT, participando agora com 11,43% do total de empregados.

Ao se considerar os PFT segundo nível de escolaridade e setor econômico percebe-se que alguns setores são caracterizados por uma maior qualificação dos empregados, em detrimento de outros.

O setor de extração mineral tem seus vínculos concentrados nas faixas de baixa escolaridade, com até 8 anos de estudo. Em 2005, 61,7% dos PFT deste setor tinham até 8 anos de estudo apenas. A indústria de transformação também concentra seus PFT na baixa escolaridade. Em 1991, 83,04% dos PFT estavam abaixo dos 8 anos de estudo completos. Em 2005, essa razão diminuiu, passando a representar 52,67% dos empregados formais. É no patamar do 2º grau completo que se concentram os vínculos, que em 2005 somam 109.515 PFT.

A construção civil também não apresenta um alto nível de qualificação, concentrando seus PFT no nível de escolaridade que contempla até 8 anos de estudo. Em 1991 3.247 PFT se concentravam na 8ª série completa, passando a 12.879 PFT em 2005, que representa uma participação relativa de 25,8%.

Os serviços industriais de utilidade pública e a administração pública concentram seus PFT nos níveis de 2º grau completo e superior completo, revelando uma maior exigência quanto à qualificação dos empregados. A administração pública mantém seus vínculos centrados em um alto nível de escolaridade. Em 1991 num total de 130.528 PFT que o setor absorve, cerca de 55% são alocados nas faixas acima do 2º grau completo. Em 2005, dos 196.292 PFT do setor, 139.409 tinham escolaridade acima do 2º grau completo, correspondendo a 70% do total de ocupações formais no setor.

Os setores de comércio e serviços apresentam um nível de escolaridade também elevado. O comércio em 1991 tinha 62.828 dos 101.141 PFT concentrados no nível acima da 8ª série completa. Em 2005, essa proporção passa a 243.116 PFT, mais de 85% do total. Os serviços têm uma participação ainda maior dos níveis elevados de escolaridade. Em 1991, os serviços alocavam 18.586 PFT no ensino superior completo, número que sobe a 62.478 PFT em 2005, e a participação relativa destes trabalhadores no comércio sobe de 9 para 15%.

A observação do comportamento dos rendimentos dos trabalhadores formais é um dos aspectos mais evidentes do contínuo empobrecimento que vem atingindo os trabalhadores. Mesmo reconhecido como um setor mais bem remunerado, a análise do mercado formal de trabalho em Santa Catarina indica uma clara inversão nos últimos anos.

Crescem substancialmente os PFT nas faixas de menor remuneração, até 3 salários mínimos, em detrimento da queda evidente dos PFT com remuneração superior a 5 salários mínimos.

De acordo com a Tabela 6, observa-se que a grande parte dos PFT em Santa Catarina recebe entre 1 e 5 salários mínimos. No início da década cerca de 50% dos trabalhadores formais recebiam entre 2 e 5 salários. Ocorre uma rotatividade da mão-de-obra de maneira que em 2005 a maioria dos trabalhadores, cerca de 65%, passam a receber entre 1 e 3 salários mínimos.

Tabela 6: Distribuição da taxa de participação dos PFT, segundo faixas de remuneração (em SM) em Santa Catarina entre 1991 e 2005.

Ano	ATÉ 0,5	0,5 A 1	1 A 2	2 A 3	3 A 5	5 A 10	10 A 20	MAIS 20	Total
1991	0,09	2,15	19,29	23,85	25,84	16,95	6,84	3,13	100,00
1992	0,12	2,34	22,55	23,02	26,26	15,61	5,99	2,27	100,00
1993	0,18	3,25	27,71	22,56	22,97	14,27	4,94	2,10	100,00
1994	0,12	2,83	21,90	23,26	24,17	16,91	6,23	2,72	100,00
1995	0,18	2,40	18,76	23,52	25,10	18,93	6,97	3,31	100,00
1996	0,18	2,21	18,25	24,58	26,90	17,97	6,49	2,97	100,00
1997	0,20	2,08	18,23	26,34	26,04	17,12	6,50	3,12	100,00
1998	0,24	2,30	21,20	26,70	24,69	15,80	6,01	2,70	100,00
1999	0,17	2,08	23,38	27,94	23,33	14,80	5,58	2,32	100,00
2000	0,15	2,11	26,45	28,93	21,83	13,52	4,65	1,92	100,00
2001	0,16	2,40	33,27	27,46	19,43	11,43	4,01	1,66	100,00
2002	0,22	2,57	36,57	26,38	18,05	10,56	3,76	1,65	100,00
2003	0,25	2,75	40,02	25,31	16,92	9,71	3,46	1,26	100,00
2004	0,27	2,73	39,12	25,94	16,97	9,91	3,39	1,29	100,00
2005	0,27	2,79	42,16	24,14	16,14	9,24	3,09	1,11	100,00

Fonte: RAIS/MTE

Ocorre uma elevação de 19,29% em 1991 para 42,16% em 2005 dos PFT de faixa salarial de mais de 1 a 2 salários, contra uma queda expressiva dos PFT que recebem entre 3 e 5 salários, passando estes de uma participação de 25,84% para 16,14% em 2005. Ao observar as faixas salariais acima de 5 salários fica evidente a queda na remuneração do setor formal de trabalho. Os PFT que recebem entre 5 e 10 salários tem sua participação decrescida em 7,71%, entre 10 e 20 salários caem 3,75% e mais de 20 salários passam de 3,13% para 1,11% de participação relativa em 2005.

Os setores de atividade econômica que apresentam postos de trabalho nas maiores faixas de remuneração são os serviços industriais de utilidade pública e a administração pública, com a indústria de transformação mantendo sua participação maior de empregos entre 1 e 3 salários mínimos. Os setores que aparecem como piores remunerados são os setores da indústria da construção civil, comércio e setor agropecuário, com a grande parte de seus empregados ganhando até 3 salários mínimos.

4. Considerações Finais

O estudo sobre o mercado formal de trabalho em Santa Catarina permitiu observar mudanças em curso nas relações de trabalho no estado, a partir das transformações ocorridas na economia brasileira e as maiores mudanças também em âmbito mundial. A revolução tecnológica, a abertura comercial e a nova direção da economia brasileira a partir de 1990 promoveram uma reestruturação empresarial, que incorporou novas técnicas de gestão, reduzindo os quadros trabalhistas.

Diversas considerações sobre a estruturação do mercado formal de trabalho catarinense foram apontadas, principalmente no que tange às modificações setoriais e de qualificação do trabalhador. Essa nova configuração do mercado formal de trabalho, além de ser condizente com a conjuntura econômica atual, reflete parte da reestruturação produtiva por que passou o estado diante das exigências de um mercado mais competitivo. Observa-se que a participação feminina vem crescendo ano a ano no mercado formal catarinense, assim como a contratação de empregados com maior experiência profissional, o que delinea uma nova formatação do espaço de trabalho formal catarinense e uma crescente preocupação com relação à inserção dos jovens no processo produtivo.

O movimento de crescente participação dos serviços na distribuição dos empregos observado mundialmente também foi verificado em Santa Catarina, confirmando que a economia da informação e das atividades auxiliares à produção é dinamizadora do crescimento econômico. Mesmo assim, a indústria catarinense manteve uma expressiva participação nas taxas formais de emprego, sendo responsável, em 2005, por cerca de 33% das ocupações formais no estado.

No que diz respeito à distribuição salarial percebeu-se uma piora na repartição dos salários, com aumento das faixas de menor remuneração e perda das faixas superiores de salário, o que pode ser lido como um indicativo de precarização no mercado de trabalho.

Estes levantamentos indicam que o mercado de trabalho catarinense seguiu de perto as transformações delineadas em âmbito geral, ocorrendo uma reorientação dos trabalhadores para novas funções e novos setores. No entanto, vale lembrar que o crescimento observado dos postos formais de trabalho ao longo da década de 1990 e, principalmente após 1999, não foi suficiente para absorver a crescente população economicamente ativa, e ainda, não proporcionou uma melhoria das condições de trabalho e de remuneração dos trabalhadores.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, R. (1997). **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Scritta, 232 p.
- BALTAR, Paulo, KREIN, José Dari e MORETTO, Amilton. O emprego formal nos anos recentes. **Carta Social e do Trabalho n.3**. Campinas, jan/abril 2006.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de M. Prefácio. In: MATTOSO, Jorge Eduardo Levi, OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de (org.). **Crise e Trabalho no Brasil**: Modernidade ou volta ao passado? 2 ed. São Paulo: Scritta, 1997, p. 9-19.
- CARDOSO JR., José Celso. Crise e desregulação do Trabalho no Brasil. Texto para discussão IPEA. Brasília, ago. 2001.
- CHAHAD, José Paulo Z. e PICCHETTI, Paulo (org.). **Mercado de Trabalho no Brasil**: padrões de comportamento e transformações institucionais. São Paulo: LTr, 2003.
- COUTINHO, Luciano. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: BAUMANN, Renato (org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus: SOBEET, 1996, p. 219-237.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: MATTOSO, Jorge Eduardo Levi,

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de (org.). **Crise e Trabalho no Brasil**: Modernidade ou volta ao passado? 2 ed. São Paulo: Scritta, 1997, p. 55-79.

DIEESE-SC. Reestruturação produtiva e emprego na indústria de Santa Catarina. Florianópolis, dez. 1996. Estudo Especial.

FARAH JR., Moisés Francisco. A terceira Revolução Industrial e o novo paradigma produtivo: algumas considerações sobre o desenvolvimento industrial brasileiro nos anos 90. **Revista FAE**, Curitiba, v.3, n. 2, maio/ago 2000, p. 45-61.

LINS, Hoyêdo Nunes; MATTEI, L. A socioeconomia catarinense no limiar do século XXI. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas/UFSC, 2001. 33p. (Texto para discussão, nº 08).

LINS, Hoyêdo Nunes. Reestruturação Produtiva e Impactos Sócio-Espaciais. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas / UFSC, Abril de 1998, 20p. (Texto para discussão, nº 04/98).

MATTEI, Lauro Francisco. A globalização econômica como fator de exclusão social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 7, n.1, jan/jun 2004, p. 57-68.

MATTOSO, J.E.L. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). **Economia e trabalho**: textos básicos. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 61-77.

OLIVEIRA, C. A. B. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In.: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). **Economia e trabalho**: textos básicos. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 113-126.

OURIQUES, H.R. e VIEIRA, P.A. O emprego formal em Santa Catarina no período 1986-96: primeiras evidências. Texto para discussão Dep. Ciências Econômicas/UFSC, dez 1998.

PEREIRA, J.M. Desemprego e flexibilização do emprego. **Indicadores Econômicos FEE**. V. 26 n.3 Porto Alegre, RS, 1998.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Crise e políticas de ajuste nos países capitalistas avançados. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). **Economia e trabalho**: textos básicos. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 21-34.

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 01/07 - MÁTTEI, Lauro Francisco e VENTURI, Alíne Zeli. Evolução do Emprego Formal em Santa Catarina.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Campus Universitário – Trindade
CEP 88.049-970 – Florianópolis - Santa Catarina
Tel.: (48) 3721.9458 – Fax (48) 3721.9776